LUMEN ET VIRTUS

# Território camponês em perspectiva: O caso dos sertões de Crateús e Inhamuns (CE)

https://doi.org/10.56238/levv15n38-046

**Sulivan Barbosa de Paulo**
Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Doutorando em Geografia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Linha de pesquisa: Geografia Agrária, Campesinato, Agroecologia e Território.
LATTES: http://lattes.cnpq.br/1052735213700804

**Jucélia Maria Rocha Oliveira**
Mestre em Geografia pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Professora Auxiliar da Universidade Estadual do Piauí (Uespi). Doutoranda em Geografia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Linha de pesquisa: Geografia Agrária, modernização da agricultura e campesinato.
LATTES: http://lattes.cnpq.br/9024846591721268

**Ivan Targino Moreira**
Professor titular aposentado da Universidade Federal da Paraíba. É membro do corpo docente do PPGG/UFPB. Tem experiência na área de Economia do Trabalho e Geografia Agrária.
LATTES: http://lattes.cnpq.br/0022458635650602

**RESUMO**
O presente artigo tem o objetivo de discutir o conceito de território enquanto porção do espaço delimitado pelo campesinato de base agroecológico. Para isso, vamos recorrer a algumas obras consideradas indispensáveis para a discussão e construção do entendimento do conceito de território, enquanto porção do espaço em que as relações estão mediadas pelo poder, manifestado a partir das relações sociais e de (re)produção. Além deste conceito, tão caro à Geografia, será necessário também percorrer, para melhor compreender, o que se entende por campesinato no Brasil, visto que, embora haja um amplo e histórico debate sobre essa categoria de sujeito social, ainda é significativa a quantidade de autores que questionam sua existência. Na perspectiva de construção de uma sólida base conceitual, este trabalho visa enveredar pelo debate em torno da agroecologia, uma vez que esta ciência tem ganhado espaço e relevância não só no meio acadêmico, mas sobretudo, no espaço rural brasileiro. No decorrer deste trabalho apresentaremos casos de práticas camponesas de base agroecológica que vem se reproduzindo no semiárido cearense há mais de duas décadas. Estas práticas propiciam, a uma só vez, a permanência do campesinato como um modo de vida, ao mesmo tempo em que evidenciam, a partir das relações sociais e de produção, a ressignificação do conceito território.

**Palavras-chave:** Território, Campesinato, Agroecologia.

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem o objetivo de discutir o conceito de território enquanto dimensão do espaço, delimitado pelas relações camponesas e pelas práticas agroecológicas na microrregião geográfica Sertões de Crateús e Inhamuns, Ceará. Para isso, vamos recorrer a algumas obras consideradas indispensáveis para a discussão e construção do entendimento do conceito de território em que as relações sociais e de (re)produção são mediadas e concebidas pelo poder (Raffestin, 1993). Além disso, esta pesquisa aborda o território sob o ponto de vista do campesinato, no qual, a agroecologia é um elemento importante para as relações sociais e de produção. Os sujeitos envolvidos nesta pesquisa encontraram nas práticas camponesas e agroecológicas o caminho pelo qual (re)aprenderam a conviver com as adversidades do semiárido.

O campesinato, no contexto brasileiro, assume assim uma frente de resistência ao avanço do capital agrário. No entanto, precisamos deixar claro que ao tratarmos de campesinato, estamos concordando com a definição apresentada por Fernandes (2016, p. 310) ao afirmar que "estamos nos referindo à agricultura de base familiar, cuja renda total é produzida predominantemente pelo trabalho dos membros da família". Tratar o campesinato nesta perspectiva impõe, também, aceitar que essa classe social tem um projeto de produção que se opõe ao modelo da agricultura neoliberal que tem na produção de *commodities* o segmento de geração de sua mais-valia.

No transcurso desta pesquisa, a agroecologia se coloca como uma categoria de análise e ao mesmo tempo como um elemento importante na tessitura dessa trama que foi se (re)construindo no Nordeste brasileiro desde o final do século XX, como uma estratégia de "reconstrução" da agricultura camponesa e como uma forma de materializar a mudança de paradigma, então em curso, de combate à seca para a convivência com o semiárido.

Dessa forma, território, campesinato e agroecologia se entrecruzam neste trabalho, buscando dar conta de uma parte da realidade vivida pelos sujeitos do semiárido cearense, em particular, dos sertões de Crateús/Inhamuns. Tratamos aqui de demonstrar, a partir de uma base conceitual já consagrada, que o território é uma dimensão do espaço marcada pela ação de sujeitos que no seu fazer cotidiano aprendem, (res)significam e (re)produzem o seu modo de vida. Esse movimento dialético ajuda no entendimento das relações sociais de produção como o motor e ao mesmo tempo como resultado de sua própria ação. Ao praticar agricultura camponesa, esses sujeitos estão não só redefinindo sua identidade, mas também seu território.

Os sujeitos envolvidos nesta pesquisa encontraram nas práticas camponesas e agroecológicas o caminho pelo qual aprenderam a conviver com as adversidades do Sertão cearense ao mesmo tempo em que (res)significaram o território vivido.

> Desse modo, a Convivência ao ressignificar os elementos das gentes do sertão, traz outro/novo olhar sobre o Semiárido, reapresentando suas características peculiares, delimitadas pela sua complexidade físico-antropossocial. Emerge um território simbólico-cultural, dimensionado

> pelos elementos materiais e imateriais presentes na produção e reprodução da vida de homens e mulheres que vivem há séculos, a mundaneidade semiárida. Um modo de ser que é incorporado como algo válido e necessário ao projeto de identidade que se apresenta na contemporânea proposta da Convivência. (Carvalho, 2012, p. 145)

É, portanto, neste cenário, que conviver e ressignificar se complementam como prática camponesa e agroecológica, dando sentido e transformando paisagens sertanejas tão castigadas pelo mau uso do solo e pelos longos períodos de estiagem. A moderna proposta da convivência, conforme a autora, possibilitou que milhares de camponeses tivessem suas realidades alteradas, resultando em um processo de (re)apropriação do território em seus aspectos simbólicos e culturais ao mesmo tempo em que recria novas relações sociais e de produção.

Consoante Carvalho (2012), este território é ocupado por homens e mulheres há muito tempo, mas que, por séculos foi marcado pela miséria e desigualdade. Hoje, esses mesmos sujeitos redescobriram o semiárido a partir de novas experiências que buscam aliar tecnologias sociais com sabedorias tradicionais que foram, ao longo dos tempos, esquecidas e/ou abandonadas por imposição de uma economia neoliberal que transformou não só as relações sociais e de produção nos ambientes urbanos, mas também, no meio rural brasileiro.

## 2 METODOLOGIA

O caminho metodológico desta pesquisa passa, inicialmente, pela descoberta dos trabalhos da Comissão Pastoral da Terra do Ceará (CPT-CE) e da Cáritas Arquidiocesana de Crateús em prol do sertão cearense. A proposta de convivência com o semiárido brasileiro ganhou força, corpo e voz no início dos anos 2000, a partir da Articulação Semiárido Brasileiro (Asa Brasil) que, dentre outras ações, inicia um projeto para construção de 1 milhão de cisternas de placas em residências de camponeses do semiárido. Asa Brasil é uma rede de entidades que juntas “abraçaram” a proposta da convivência a partir da divulgação e propagação das tecnologias sociais.

Dito isto, chegamos até às microrregiões dos Sertões de Crateús e Inhamuns, porção oeste do território cearense, sendo compostas por 18 municípios no total. O recorte espacial desta pesquisa limita-se à área de atuação da Cáritas Arquidiocesana de Crateús que, atualmente, é uma das entidades que mais se destaca na propagação das tecnologias sociais para a convivência com o semiárido e que atua há aproximadamente 20 anos neste território com essa linha de ação.

Dessa forma, a fim de garantir os objetivos propostos para essa pesquisa, adotamos normas técnicas e metodológicas específicas. Inicialmente, tomaremos por base uma abordagem interpretativa pautada na dialética, pois ela:

> [...] vê a reciprocidade sujeito/objeto eminentemente com uma interação social que vai se formando ao longo do tempo histórico. Para esses pensadores o conhecimento não pode ser entendido isoladamente em relação à prática política dos homens, ou seja, nunca é questão apenas de saber, mas também de poder. Daí priorizarem a práxis humana, a ação histórica e

> social, guiada por uma intencionalidade que lhe dá sentido, uma finalidade intimamente relacionada com a transformação das condições de existência da sociedade humana. (Severino, 2017, p. 138).

Assim, é nesse sentido que esta abordagem serve ao interesse desta pesquisa, visto que, para a apreensão da realidade, não se pode esquecer que parte da análise das relações sociais de produção e, principalmente, do conflito de classes, são os elementos fundantes do materialismo histórico e dialético. A vida real é, portanto, o *locus* de nossa pesquisa, o lugar onde as relações sociais e de produção se materializam.

Para este estudo, usaremos também o método de pesquisa qualitativo, por entendermos que é aquele que melhor atende aos objetivos. Minayo nos lembra que a pesquisa qualitativa "[...] trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis" (Minayo, 2001, p. 21-22).

Nesse sentido, assentimos ainda que, este trabalho insere-se na qualidade de pesquisa de campo que, conforme Severino (2017) é aquela em que:

> [...] o objeto/fonte é abordado em seu meio ambiente próprio. A coleta dos dados é feita nas condições naturais em que os fenômenos ocorrem, sendo assim diretamente observados, sem intervenção e manuseio por parte do pesquisador. Abrange desde os levantamentos (surveys), que são mais descritivos, até estudos mais analíticos. (Serverino, 2017. p. 148)

Isto, no entanto, não define por total essa pesquisa, visto que, há situações em que foi possível realizar interações com os pesquisados para além das entrevistas e/ou registros fotográficos. Momentos em que foi permitido se reunir, dialogar, ouvir e propor, assemelhando-se, em certa medida, às características da pesquisa participante que, conforme o mesmo autor a entende como aquela em que o pesquisador, ao realizar a observação dos fenômenos, participa, compartilha das experiências dos pesquisados no momento em que está em campo. (Severino, 2017)

Atendendo ainda as demandas metodológicas do trabalho científico, destacamos que foi realizada ampla revisão bibliográfica de temas cernes desse trabalho como campesinato, agroecologia e território, além de pesquisa documental junto à Cáritas Arquidiocesana de Crateús, pois esta possui amplo acervo de publicações próprias, impressas e digitais, assim como relatórios internos anuais que dão contas de todas as ações realizadas.

O trabalho de campo tem sido a principal estratégia pela qual se obtém as informações acerca das ações camponesas e das práticas agroecológicas no território da pesquisa. Para isso, o apoio, praticamente irrestrito das Cáritas Arquidiocesana de Crateús, tem sido de fundamental importância para que se possa chegar às comunidades camponesas que, quase sempre, estão afastadas dos núcleos urbanos. Até a finalização desse artigo foi possível chegar em metade dos municípios do território em dois anos de pesquisa. O apoio da Cáritas facilita bastante o trabalho do pesquisador tendo em vista

que este chega as essas localidades junto de um agente de campo dessa instituição. Isso abre portas e facilita a comunicação, superando com mais facilidade aquela desconfiança do forasteiro que chega cheio de perguntas e muita curiosidade.

Neste momento tem-se utilizado de algumas técnicas de pesquisa, como registro fotográfico, entrevistas não diretivas e observações. Estas entrevistas são definidas por Severino como aquela em que "O entrevistador mantém-se em escuta atenta, registrando todas as informações e só intervindo discretamente para, eventualmente, estimular o depoente. " (Severino, 2017, p. 150). Essa técnica revela-se por demais interessante porque o entrevistado fala de forma livre, permitindo o pesquisador obter mais detalhes em relação ao que se pretende apreender sem que para isso, seja necessário recorrer a formulários enfadonhos.

## 3 COMPREENDENDO O TERRITÓRIO

No campo dos estudos geográficos há um amplo debate epistemológico que permeia toda a história desta ciência, sobretudo, desde que esta foi sistematizada e tornou-se cátedra. Não raro foram os períodos em que se colocou no cerne das discussões o seu objeto de estudo. O espaço geográfico, fruto da relação sociedade natureza assume, assim, essa posição de objeto, cuja face ou forma assume subjetivamente e ao mesmo tempo objetivamente múltiplas dimensões. O território, umas dessas dimensões, é por essência um conceito caro e ao mesmo tempo complexo (Saquet, 2015), cuja definição requer antes de qualquer coisa, que se retorne à suas origens, aos clássicos.

Raffestin (1993) defende que a existência do território é precedida pelo espaço e que, portanto, ele próprio é o "resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático". O território só existe porque há uma apropriação, de fato, que se efetiva tanto material quanto simbolicamente sobre o espaço. É a partir dessa relação com o espaço, do conjunto de representações que se formam aí, que podemos chegar a definição de território. Isto porque, a base que representa essa dimensão do espaço está calcada nas relações sociais e de produção inerentes a cada modo de produção. Dito de outra forma, queremos assim dizer que as relações de poder, que mediam as relações sociais e de produção, se constituem como o elemento fundamental para a tessitura do território, sem a qual, este não existiria.

É preciso pontuar que neste tecido estão representados também os pontos, linhas e superfície onde o território se materializa. Não por menos, a cartografia se tornou rapidamente, segundo Raffestin,

> [...] um instrumento de poder e do "Poder". Essa cartografia privilegiou uma "sintaxe" (grifo do autor) euclidiana que certamente não deixou de contribuir para modelar os comportamentos do poder. Essa sintaxe é muito eficaz, pois só mobiliza três elementos fundamentais: a superfície ou o plano, a linha ou a reta e o ponto ou momento do plano". (Raffestin, 1993, p. 145)

Tal afirmativa converge com a ideia de que a apropriação do território perpassa também pelo controle sobre os diferentes elementos que o compõem, como as rodovias (linhas), pontos e cidades. No entanto, o controle sobre o território está baseado naquilo que pode ser mapeado, posto num plano, dando uma imagem de que a superfície mapeada é a superfície controlada. Mas isso não é tudo. Raffestin admite que a imagem representada do espaço, o território, é assim uma percepção a partir do ponto de vista dos atores sociais envolvidos e que, portanto, essa representação não condiz com a totalidade, com o real. Sempre será uma representação com "objetivos intencionais", portanto passíveis de serem representados por "quantos objetivos intencionais diferentes houver".

Neste contexto, não podemos esquecer que a comunicação entre os diferentes pontos dessa tessitura, constitui o sistema de rede, ou seja, as relações entre os diferentes sujeitos, sejam elas físicas ou não. Desenvolvem, dessa forma, uma trama ou malha, pois, para o mesmo autor, "toda prática espacial, mesmo embrionária, induzida por um sistema de ações ou de comportamentos se traduz por uma 'produção territorial' que faz intervir tessitura, nó e rede." (Raffestin, 1993, p. 150). E conclui esse raciocínio dizendo que "O sistema territorial é, portanto, produto e meio de produção". Ora, se o desenvolvimento das práticas e relações sociais se dão dentro de um território tendo como consequência a tessitura, nó e rede e, sendo estes produtos e, ao mesmo tempo, a materialidade consequentemente eles assumem essa dupla função.

Os homens, ao relacionarem-se com a natureza e ao mesmo tempo entre si, produzem o espaço geográfico. No entanto, para o conceito de território, pressupõe que para além dessas relações há ainda uma apropriação simbólica dos diferentes elementos que o compõe, distinguindo-os de outras porções do espaço. Ainda de acordo com Raffestin (1993), compreendemos que a forma como se dão essas relações ajudam a entender o desenvolvimento de uma territorialidade que pode ser entendida como "um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema" (Raffestin, 1993, p. 160).

Ou seja, os sujeitos (H) mantêm relações entre si (r) e com o meio (E) e que, estes elementos são plenamente factíveis de mudanças ao longo do tempo. Ainda para o mesmo autor:

> Essa territorialidade resume, de algum modo, a maneira pela qual as sociedades satisfazem, num determinado momento, para um local, uma carga demográfica e um conjunto de instrumentos também determinados, suas necessidades em energia e em informação. (Raffestin, 1993, p. 161)

Emergem daí algumas conclusões. A primeira é que essas relações podem ser simétricas e assimétricas, ou seja, não necessariamente apresentam elementos comuns, fixos e somente estáveis. Outra conclusão é que o nível de desenvolvimento de uma territorialidade define os limites que vão distingui-las de outra. A territorialidade, pressupõe então, relações com os de dentro (interna) e

também com os de fora (externa), outras territorialidades, sendo mediatizadas, simétricas ou dissimétricas com essa exterioridade.

À medida que avançamos no debate epistemológico em torno do conceito de território, percebemos o quão polissêmico é esta expressão. Há uma boa diversidade de abordagens que transitam desde as ciências naturais até as humanas. Haesbaert (2006) refaz o caminho por onde alguns autores apresentaram um debate sobre esse termo sob o ponto de vista de algumas ciências.

> Apesar de ser um conceito central para a Geografia, território e territorialidade, por dizerem respeito à espacialidade humana, têm uma certa tradição também em outras áreas, cada uma com enfoque centrado em uma determinada perspectiva. (Haesbaert, 2006, p.37).

Assim, vamos entendendo que o enfoque que trazemos aqui não é fechado e nem tão pouco conclusivo. Mesmo entre os geógrafos há um amplo e valoroso debate que contribui para ampliar nosso entendimento sobre território e territorialidade. De acordo com a citação acima, observamos que estas expressões estão diretamente vinculadas à forma de distribuição espacial e ao mesmo tempo à maneira como os homens se relacionam entre si e com a natureza ao seu entorno. O autor deixa claro que cada enfoque procura uma perspectiva, um ponto de vista, que conforme afirmamos, não se fecha, mas complementa-se.

Assim, a compreensão do território, objeto de discussão deste artigo, pressupõe uma abordagem que, em certa medida, é possível afirmar que transita no campo da interdisciplinaridade, haja vista que tal perspectiva fica cada vez mais evidente com a diversidade de autores e áreas do conhecimento envolvidas neste debate. “Uma ideia nítida da amplitude com que o conceito de território vem sendo trabalhado em nossos dias pode ser dada a partir desta leitura, que vai da perspectiva etológica (ou seja, ligada ao comportamento animal) à psicológica” (Haesbaert, 2006, p. 38).

Seguindo este caminho, destacaremos o debate em torno da abrangência e dos novos contornos que o conceito de território ganhou a partir da década de 1970 com os trabalhos de Deleuze (1976) e Guattari (1972), conforme registro de Saquet (2015).

> São novas territorialidades constituídas na reterritorialização. As territorialidades são culturais (folclóricas), políticas do (Estado, de partidos e de bairros) e econômicas (centradas na criação e reprodução do capitalismo) e estão presentes nessa reterritorialização. Têm uma postura múltipla frente ao conceito de território, apreendendo aspectos (i)materiais de sua constituição do real. A ênfase é para a rotação do capital (Saquet, 2015 p. 56)

Aqui, o autor nos apresenta uma abordagem do território que está baseada numa leitura crítica da realidade. Coloca as diferentes perspectivas sob as quais o território pode ser abordado: cultural, política e econômica. Neste último, é compreendido como uma construção social e que, portanto, apresenta-se com um quadro de desigualdades, que são inerentes ao modo de produção capitalista. O que se percebe é que à medida que as diferentes sociedades se tornam complexas em suas relações sociais e de produção também se tornam complexos os conceitos que as explicam, bem como os seus

limites e escopos. Pensar o território a partir de uma leitura marxista impõe pensar não só as desigualdades socioespaciais, mas principalmente, nos grupos e/ou classes sociais que compõem a massa que o habita, levando em consideração o jogo de interesses e ao mesmo tempo a forma como estes se apropriam do espaço. Tal leitura ou abordagem pressupõe, sobretudo a partir da década de 1970, repensar dentro da Geografia, seu método e seus procedimentos. Mais que isso, traz também uma perspectiva das minorias, entendidas hoje não somente como uma massa de manobra, mas principalmente, como sujeitos de sua própria existência.

Cabe enfatizar que, para este trabalho, entendemos a constituição do território a partir de sua base material e simbólica. É preciso fazer essa justificativa para que não caiamos no erro ou sejamos levados ao equívoco de se fazer pensar que estamos tratando aqui somente do espaço vivido, muitas vezes associado somente ao conceito de lugar. Muito embora os elementos simbólicos constituídos a partir da relação entre o sujeito e o chão que habita, importantes para este estudo, necessitamos fazer esse destaque. Concordando com Haesbaert, entendemos que "dessa forma elaboramos uma concepção mais ampla de territorialidade que implica o reconhecimento também da força do campo simbólico na construção dos territórios, sem que esses, contudo, percam a sua base material. (Haesbaert, 2016, p. 29)

Obviamente que, concordando com o autor, tentaremos seguir um caminho onde também não ocorra o equívoco de tratar o território exclusivamente em sua base material. O esforço epistemológico que se pretende seguir é na tentativa de apreender a realidade estudada com o máximo de nuances possíveis dentro do campo geográfico e das possibilidades que o escopo metodológico nos permite.

O estudo que se segue, discutindo campesinato e agroecologia, buscará os elementos que possam servir de base para a compreensão e ao mesmo tempo a constituição de um território sem, contudo, tratá-los de forma isolada, sem contexto, ou até mesmo incorrer em tautologia desnecessária. Pensar o território camponês e agroecológico, impõe um esforço de tratar de três categorias de análise cujas conexões, dentro da ciência Geográfica, podem apresentar pontos divergentes, a depender dos caminhos epistemológicos a serem seguidos.

## 4 O CAMPESINATO NO BRASIL

O campesinato caracteriza-se como um modo de vida, identificado no tempo, no espaço e na forma como o trabalho no campo é realizado pelas famílias (Wanderley, 2009). Além disso, Ele é também marcado pela maneira como seus membros se relacionam entre si, independente do grau de parentesco. Costa e Carvalho (2016) o definem como "o conjunto de famílias camponesas em um território." Dessa forma, podemos apresentar o campesinato como sendo esse conjunto de famílias e a forma como usam os recursos naturais disponíveis, como se relacionam e como compartilham o território vivido.

Martins (1983), todavia, apresenta as origens ao mesmo tempo em que recria os processos históricos nos quais se insere o camponês brasileiro. O autor destaca que, no Brasil, esse sujeito possui muitos nomes, diferentemente do que acontece na Europa ou em boa parte da América Latina. Aqui, dependendo da região, o camponês pode ser chamado de caipira, caiçara, tabaréu e caboclo. Este último, segundo o autor, apresenta um aspecto depreciativo em sua designação. Isso porque está relacionado àquele que é de fora, longe, rústico, atrasado e, até mesmo, ingênuo. Também está relacionado àquele que é "preguiçoso", que não gosta de trabalho (Martins, 1983).

Neste aspecto, o campesinato brasileiro na atualidade, pode ser entendido como luta e resistência. Neste sentido, a resistência camponesa se torna também uma *práxis* necessária ao seu cotidiano. O camponês no Brasil aprende desde cedo que é no seu fazer diário que sua luta se intensifica e sua identidade se mantém. Para Silva e Gonçalves (2014, p.8), "o campesinato vem buscando ao longo de sua existência estratégias de resistência pelo direito de manutenção do seu modo de vida, de sua classe e pela valorização dos saberes-fazeres tradicionais".

E como afirma Fernandes (2016, p. 312), "reconhecer o campesinato como um modelo estratégico de desenvolvimento da agricultura é necessário para superar o mito das *commodities* como condição para acabar a fome". Isto se torna imperioso para a estratégia de luta e resistência camponesa atualmente porque o campesinato:

> [...] é mais que uma categoria histórica ou sujeito social, uma forma de manejar os recursos naturais vinculadas aos agroecossistemas locais e específicos de cada zona, utilizando um conhecimento sobre tal entorno condicionado pelo nível tecnológico de cada momento histórico e o grau de apropriação de tal tecnologia. (Molina e Guzmán, 2013, p. 76).

Dessa forma, essa categoria encontra nas práticas agroecológicas a estratégia de resistência sem, necessariamente, estar desconectada do momento histórico em que está inserida. Mais que isso, implica também compreender que campesinato se diferencia de agricultura familiar, enquanto o segundo pode desenvolver uma agricultura de modelo capitalista a primeira não. "Campesinato e agricultura familiar são um mesmo sujeito compreendido por diferentes conceitos, tendências e paradigmas, representados pelas leituras que se fazem da agricultura não capitalista e de suas relações com a agricultura capitalista. (Fernandes, 2016, p. 324)

Todavia, trata-se de uma categoria que, antes de qualquer coisa, é resistente. Já estava aqui bem antes do desenvolvimento do capitalismo e, contrariando todos os paradigmas que previam o seu fim, manteve-se na contemporaneidade. A sua permanência indica que houve uma evolução a partir das técnicas e, também, de sua relação com o mercado.

> A autonomia camponesa se realiza sobre a criação e desenvolvimento de uma base de recursos autocontrolada e autogerenciada pela família que proporciona, ao mesmo tempo, um processo de co-evolução no modo do uso dos recursos naturais e uma interação com os mercados, superando o padrão tecnológico dominante e reduzindo, nos limites estabelecidos pela

> correlação de forças econômicas e políticas, as suas dependências históricas, tanto do capital como do governo. (Carvalho, 2016, p. 214)

O autor revela, neste ponto, a estratégia de sobrevivência do campesinato frente o avanço cada vez mais avassalador do capitalismo sobre o rural. Essa estratégia pauta-se na busca de autonomia ao mesmo tempo que procura reduzir sua dependência do mercado, sobretudo do sistema financeiro. Mais que isso, há também uma tentativa de retomar o controle sobre as sementes, base da produção e essencial para agroecologia. No campo econômico, há uma série de ações que os diferentes grupos camponeses, no Brasil e no mundo, utilizam para conquistar essa independência, sendo uma prática já bem conhecida que é a criação dos fundos rotativos solidários. Trata-se de uma poupança comunitária gerida coletivamente para o fortalecimento de grupos de trabalhadores (pode ser camponeses ou outras categorias organizadas em associações e/ou cooperativas). O fundo é formado a partir da doação voluntária de recursos por cada membro participante ou ainda pode ser constituída a partir de ações e recursos externos destinados à comunidade. Não são raras as situações em que encontramos em diferentes grupos, associações e/ou cooperativas, tal prática.

Trazendo um olhar para o chão desta pesquisa, faz-se necessário mencionar minimamente quem são os sujeitos sobre os quais estamos teorizando. Existe uma diversidade de ações que são realizadas por esses trabalhadores que estão para além do cultivo de alimentos diretamente na terra, como se pode imaginar à primeira vista. Em nosso contexto, encontramos aliado ao cultivo de alimentos, a criação de animais de pequeno e médio porte, que predomina sobre a criação de animais de grande porte. Junto da produção da agricultura, propriamente dita, há camponeses que também desenvolvem a atividade da pesca de forma artesanal, artesãos, boleiros e doceiros dentre outros. Insere-se ainda neste rol, os criadores de gado, os horticultores e os trabalhadores que beneficiam algumas matérias primas e depois a comercializam.

A diversidade de sujeitos e ações tornam o campesinato, uma categoria múltipla e rica em sabedoria. E isso torna sua produção diferenciada diante da agricultura capitalista, o que lhes permite uma inserção positiva no mercado, sendo capaz até mesmo de enfrentar, em alguns casos, essa concorrência. (Carvalho, 2016)

## 5 A AGROECOLOGIA NO CONTEXTO DO SEMIÁRIDO

A agroecologia é uma parte importante deste trabalho porque à mediada que a pesquisa se desenvolvia no debate sobre território e campesinato, foi-se percebendo que havia um conjunto de práticas que estavam sendo desenvolvidas e/ou resgatadas que ajudaram a ressignificar e (re)definir o *ethos* camponês. Uma série de práticas foram retomadas e outras aperfeiçoadas como uma resposta para a construção do novo paradigma, da convivência com o semiárido. Fruto da luta dos movimentos sociais pela permanência no território, as diversas experiências que já existiam somaram-se às

tecnologias sociais até ali desenvolvidas e, juntas, apontaram os caminhos para onde as políticas públicas para com o Nordeste deveriam seguir (Caravalho, 2012)

Assim, a agroecologia é entendia neste trabalho como um dos elementos que colabora na tessitura do território camponês. Pois, como entendemos que as relações sociais e de produção são cruciais para a definição e delimitação do território, assim também é a prática agroecológica, que dá sentindo e serve de base para a compreensão do que é ser camponês no semiárido.

O caminho epistemológico pelo qual passa a agroecologia vem de longa data. No Brasil, há muitos estudos publicados em livros e artigos acadêmicos que abordam e discutem sua evolução, não só no país, como também em toda a América Latina. Uma dessas abordagens nos é apresentada por Altieri (1998; 1999; 2012) que, ao longo de pouco mais de duas décadas, vem discutindo essa temática.

Ao tratar de sua definição e dos objetivos, o autor destaca que dentre outras, a agroecologia:

> Trata-se de uma nova abordagem que integra os princípios agronômicos, ecológicos e socioeconômicos à compreensão e avaliação do efeito das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade como um todo. Ela utiliza os agroecossistemas como unidade de estudo, ultrapassando a visão unidimensional – genética, agronomia, edafologia – incluindo dimensões ecológicas sociais e culturais. (ALTIERI, 1998, p. 23)

Conforme podemos verificar, para o autor, a agroecologia compreende as diferentes dimensões que estão presentes no espaço estudado, não se resumindo aos elementos visíveis e mensuráveis, típicos de uma abordagem positivista, mas também com tudo aquilo que o envolve, numa perspectiva, podemos assim dizer que, em certa medida é também holística, pois busca uma compreensão em sua totalidade.

A agroecologia também se insere no contexto das resistências camponesas contra o avassalador avanço do capitalismo neoliberal sobre as áreas rurais com o pseudônimo de agronegócio ou, como está se tornando mais comum nestes últimos tempos, simplesmente Agro. Tal resistência é necessária quando se trata da manutenção da biodiversidade, amparada na policultura, e também na preservação dos saberes e práticas tradicionais, pois é necessário o entendimento de que "para compreender adequadamente os saberes tradicionais, é preciso entender a natureza da sabedoria local, na qual se baseia a complexa inter-relação entre as crenças, o conhecimento e as práticas" (Barrera-Bassols; Toledo, 2015, p. 138)

Neste cenário, o campesinato de base agroecológico defende, não só suas práticas, quando se opõe ao modelo capitalista, mas também a geração de empregos no campo, a produção de comida de verdade e não de *commodities* que só ajuda na concentração de riqueza. Mas que isso, a agroecologia é um projeto que repudia o uso de agrotóxicos e pulverização aérea. Respeita as particularidades edáficas além das vocações de cada região.

Neste contexto, a agroecologia no Nordeste brasileiro colabora, não somente com o resgate de práticas tradicionais, como também com a manutenção da cultura local, imprescindível para a

formação e consolidação da identidade de um povo. Valoriza os elementos simbólicos, materiais e (i)materiais inerentes à trama territorial. Como elemento cultural, os saberes que foram (re)apropriados e, às vezes, quase que perdido, tronam-se ritos do cotidiano desses trabalhadores. As festas da colheita, as feiras agroecológicas, as feiras da economia solidária, os encontros de partilha e troca de saberes ancestrais vão permeando toda essa rede de territórios que passa a se desenvolver à medida que em que cada camponês e cada camponesa vai entendendo o seu papel enquanto sujeito dessa realidade. É justamente na (re)produção desse cotidiano que se solidifica a identidade camponesa e agroecológica, e que aos poucos vão compreendendo que estes mesmos sujeitos não só (res)significam o território, como também são produtos deste. É um movimento dialético em que o sujeito e o espaço-tempo reproduzem um ao outro.

> E isto significa que existe um sentimento de pertencimento ao lugar e ao território de vida cotidiana, com vínculos pessoais e sociais – territoriais – que extrapolam a relação com a terra e o estabelecimento rural por meio de distintos cultivos das diferentes técnicas e tecnologias. As relações emanam da família como instituição central da vida social (também biológica e espiritual), envolvendo simultaneamente associações, igrejas, capelas, ONGs, escolas, sindicatos, jogos recreativos etc. (Saquet,2017, p. 133)

É possível afirmar que todos esses atores atuam juntos e misturados, sincronizados e, às vezes, não. Esta parte é importante. Não podemos deixar passar a enorme contribuição que muitas ONGs, igrejas e movimentos sociais deram para essa mudança de realidade, pois, foram elas que estiveram na vanguarda dos movimentos que reivindicavam uma mudança de paradigma. Eram elas que apontavam o caminho ao mesmo tempo em que o construía, trazendo teorias e práticas que, muitas vezes despertavam a desconfiança do povo. Foram eles: Comissão Pastoral da Terra(CPT), Cáritas brasileira e regional, Federação de Trabalhadores Rurais, Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), Sindicatos Rurais, Comissão Pastoral do Pescadores e tantas outras ONGs que forjaram e engendram esse movimento.

Em meio a tudo isso, a agroecologia emergiu como movimento e como sabedoria. É claro que não foi trabalho dos mais fáceis explicar e demostrar a sua eficácia para um povo que observava tudo aquilo desconfiado e onde, muitas vezes, as práticas predatórias e a falta de uma boa orientação eram comuns entre estes sujeitos. Além disso, era preciso enfrentar algumas mentiras que eram disseminadas sobre a agroecologia. Machado e Machado Filho 2017, p. 40-41) elencam algumas: (1)A produção agroecológica é mais cara; (2) Pretendia-se voltar à caverna, com a prática da enxada; (3) Agroecologia é menos produtiva; e (4) Não produz para a humanidade.

A desconfiança inicial, ao que se percebe, caiu logo por terra. Com o tempo foi se percebendo que aquele conjunto de práticas funcionava e dava bons resultados. Então, a agroecologia foi sendo disseminada com esse duplo aspecto: resistência e enfrentamento. As práticas agroecológicas, também encontram respaldo em Altieri (2012, p. 37) ao afirmar que “a agroecologia, como nós a conhecemos,

dispõe dos conhecimentos para superar a monocultura e a quebra da biodiversidade, consequências inexoráveis do agronegócio".

Duarte (2009) e Batista (2014) discutem em seus trabalhos a experiência da transição agroecológica no semiárido cearense, trazendo exemplos de projetos e programas que foram implementados e exitosos. A primeira autora apresenta, em linhas gerais, o caminho percorrido pela agroecologia no Ceará ainda no contexto da mudança de paradigma no início da década passada, enquanto que a segunda autora discute a importância das feiras agroecológicas como estratégia de resistência camponesa, mas também como uma forma de construir um ambiente para a busca da soberania alimentar e nutricional (SAN).

Batista (2014) ainda lembra que:

> O principal papel das feiras agroecológicas é eliminar a dependência de atravessadores, fazendo com que os produtores percebam uma maior retribuição financeira sobre os frutos do seu trabalho. Essas feiras são também uma alternativa para os consumidores que buscam produtos livres de agrotóxicos sem precisarem pagar os preços abusivos dos produtos orgânicos, os quais obedecem à lógica de produção do Agronegócio. (Batista, 2014, p. 69)

Portanto, a agroecologia, que reúne uma ampla base científica aliada ao saber tradicional, propõe não tão somente uma ruptura, conforme já apresentado, com o modelo de agricultura neoliberal, mas também busca o resgate da cultura tradicional em consolidação com um novo projeto de vida para camponeses e povos tradicionais. Com um passo de cada vez, o movimento foi resiliente, mesmo em nosso obscuro passado recente, onde as políticas públicas voltadas para reforma agrária, para os povos tradicionais, camponeses, pescadores, indígenas, quilombolas etc., sofreram um grande revés.

## 6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A exposição até aqui tratou de apresentar as três categorias de análises que estão no cerne desta pesquisa: território, campesinato e agroecologia. Na tentativa de construção de um objeto de pesquisa chegamos, a partir do trabalho em campo, até as diversas experiências de convivência com o semiárido cearense. Neste percurso, passamos por instituições como Comissão Pastoral da Terra (CPT) e Cáritas Arquidiocesana de Crateús, pioneiras na difusão das tecnologias de convivência com o semiárido nordestino. Descobriu-se que estas atuam na difusão e expansão da agroecologia, como método e como prática, no modo de produzir alimentos por pequenos agricultores. Esse modo "novo" de trabalhar a terra e lidar com todas as suas adversidades vem produzindo conhecimento que aos poucos está sendo reproduzido e ampliado, impactando de forma positiva a agricultura em pequenas comunidades rurais.

A partir dessas incipientes experiências, percebemos que a expansão da agroecologia estava inserida no conjunto de ações que pautaram a mudança de paradigma que ocorreu no Nordeste brasileiro, na virada do século XX para o século XXI, que resultou em uma nova forma de compreensão das causas e, principalmente, de como conviver com os longos períodos de estiagem, característica

ímpar deste território (Carvalho, 2012). Tal mudança resultou numa nova postura diante do fenômeno das secas, que assola o homem do campo de tempos em tempos. O paradigma do combate à seca deu lugar ao paradigma da convivência com o semiárido e, assim, criou-se uma nova perspectiva para milhares de homens e mulheres que passaram a reaprender a (con)viver em seus territórios, buscando, produzir alimentos, obter renda e permanecer em sua terra.

Assim, chegamos às microrregiões cearense dos Sertões de Crateús e Inhamuns que contém cerca de 18 municípios. Na maioria deles há projetos e ações que foram iniciados pelas Cáritas de Crateús, presença forte e marcante quando se fala em convivência com o semiárido e agroecologia na região. Muitos camponeses, quando questionados, lembram do início das ações, de quando os agentes da Cáritas chegaram com os projetos e programas que visavam aprimorar as diversas experiências de manejos e técnicas de produção. Muitos desconfiavam, confessam.

O passo inicial desse trabalho foi a implementação das Tecnologias Sociais (TS) de convivência com o semiárido, que passaram a pautar os novos rumos da produção da agricultura camponesa, sob orientação dessas instituições. No princípio, a ação consistia em fazer um apanhado dos muitos conhecimentos até ali apreendidos e, em seguida, desenvolver novas técnicas, de forma sistematizada, implementando-as em escala local e posteriormente, regional (Gnadingler, 2006).

O trabalho em campo tem se revelado promissor e frutífero. Com o apoio das próprias instituições envolvidas, temos chegado cada vez mais às experiências incríveis que estão em plena execução. De forma preliminar pontuaremos aqui três atividades visitadas recentemente e que, são relevantes para os objetivos deste trabalho.

Em Ipaporanga (CE), um dos municípios envolvidos nas ações da Cáritas, nos deparamos com duas situações interessantes. A primeira, diz respeito ao uso em conjunto em uma mesma propriedade de cisternas de placas, biodigestor e Sistema Bioágua. Todo esse conjunto fornece à família armazenamento de água no período de estiagem, biogás que é utilizado como energia para um fogão, onde é feito o preparo dos alimentos e água reaproveitada na produção de hortaliças. A família envolvida produz boa parte do que consome em seu quintal e, aquilo que não produz, adquire comercializando uma parte da produção. Concomitante a isso há os programas governamentais de aquisição de alimentos que recebem também uma parte da produção de hortaliças e das fruteiras. Experiências assim têm sido cada vez mais comuns na região semiárida, representando para muitas famílias a principal fonte de alimento e renda, pois aliado a esses sistemas de produção, desenvolvem criação de animais de pequeno e médio porte, como galinhas, porcos, cabras e bodes.

Ainda no mesmo município de Ipaporanga outro fato nos chama a atenção no que se refere à convivência com o semiárido, pois, foi nesta cidade que, em 2015, a prefeitura implementou através da Lei nº 353/2015 as diretrizes básicas da política municipal de educação contextualizada e de educação de campo. O compromisso para com os cuidados com a produção agrícola começa desde

cedo, em escolas da rede municipal. Desde então e, com o apoio da Cáritas de Crateús, a formação dos professores (de todas as áreas) passa também por essa dimensão da convivência no contexto do semiárido e da caatinga. Isso mostra-se revelador, de uma grandeza e de uma importância que chega até ser difícil imaginar o tamanho do impacto que essa ação surtirá nas próximas gerações.

Outro caso que traremos, em forma de recorte, é a pesca artesanal desenvolvida por pescadores do município de Novo Oriente (CE), na comunidade Flor do Campo às margens de um açude homônimo. Ali, homens e mulheres que há muito tempo desenvolviam atividade relacionada à pesca dentro de açude, com o tempo passou a ter cada vez menos produção. Com o processo de açudagem e construção de barragens dentro de propriedades privadas o pescado findou, ficando na dependência de reposição através de uma ação da prefeitura do município. Gerações inteiras cresceram desenvolvendo essa atividade, contudo não estavam organizados assim como estão os pescadores do litoral. Com a poio da Cáritas e do Conselho Pastoral do Pescadores (CPP) estes sujeitos passaram a organizarem-se em colônia, buscando os mesmos direitos que os demais pescadores já possuíam. Mais que isso, o trabalho de assessoria desenvolvido em conjunto conseguiu com as mulheres que, até então, se viam como auxiliar de seus maridos pescadores, já que participavam também do processo produtivo, se reconhecessem enquanto pescadoras, portanto, adquirindo os mesmos direitos trabalhistas que o marido.

O que aprendemos com isso? Algumas vezes, determinados grupos sociais precisam de acompanhamento e formação para que sua categoria tenha acesso a recursos que lhe são garantidos por Lei, mas negados por falta de informação. Outra coisa que é importante nesse contexto é o reconhecimento desta mulher enquanto pescadora, portadora de direitos iguais aos seus pares. Emergiu dessa experiência uma identidade que se construiu a partir das relações sociais que passaram a se desenvolver deste então. Surge também novas territorialidades, o território dos pescadores artesanais de açude no semiárido.

A breve exposição destes casos não dá conta da diversidade de atividades camponesas que se desenvolvem dentro das microrregiões de planejamento Sertões de Crateús e Inhamuns. Há muitas outras que devem ser visitadas e conhecidas para ampliar o rol de atividades camponesas que tem no seu cerne os princípios agroecológicos. Essa demonstração tem a função de apresentar alguns elementos que embasem a hipótese de que há um território em processo de redefinição e (re)apropriação, ao mesmo tempo em que múltiplas territorialidades vão se sobrepondo, envolvendo sujeitos distintos e formas de apropriação distintas do espaço. Isso é real. É como a comunidade se articula em seu cotidiano. As fronteiras e limites servem para o controle do Estado, mas o povo diariamente desmonta e reconstrói suas próprias territorialidades.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta exposição nos leva a dois caminhos. Primeiro, a certeza de que há muita coisa a ser investigada nesses espaços do semiárido com essas experiências que dialogam com o território, o campesinato e a agroecologia. É claro que nem tudo são “mares de flores”. Há tensão, riscos, embates com forças e grupos poderosos. O grande capital não assiste a tudo isso de forma pacífica, aceitando a construção de um novo mundo sob uma nova perspectiva, com fartura, qualidade de vida e dignidade. Há um conjunto de forças engajadas nestes territórios que envolve, por exemplo, o avanço cada vez maior da atividade mineradora no sertão cearense. A mineração, que já é presente neste estado, avança sobre territórios tradicionais, ameaçando a vida de populações que se veem extremamente fragilizadas pela ausência e anuência do Estado, que insiste na falácia neoliberal da geração de emprego e renda.

O segundo caminho, é o que nos enche de esperança. É a descoberta de projetos implementados a partir de Projeto de Lei que, como o município de Ipaporanga (e em outros 17), acreditam e defendem a educação contextualizada como uma estratégia de enfretamento diante do grande capital, que aposta nas futuras gerações como defensoras de um novo projeto de vida, onde se respeita e se aprende com a natureza ao nosso redor. Tendo em vista que nossa existência só é possível a partir dessa relação (sociedade-natureza), que saibamos respeitar para preservar, não só o meio, mas também a nós próprios.

## REFERÊNCIAS


ALTIERI, M. Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. Porto Alegre: UFGRS Editora, 1998.

_____. Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

_____. M. Agroecologia: bases científicas para una agricultura sustentable. Montevideo: Editorial Nordan-Comunidad, 1999.

ASA BRASIL. Sobre nós - História. Disponível em: <https://www.asabrasil.org.br/sobre-nos/historia>. Acesso em: 27 mai. 2020.

BARRERA-BASSOLS, N.; TOLEDO, V. M. A memória biocultural: a importância ecológica das sabedorias tradicionais. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

BATISTA, M. A. S. Questão agrária e campesinato: a feira agroecológica como uma estratégia de consolidação camponesa. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Ceará, Departamento de Geografia, Fortaleza, 2014.

CARVALHO, L. D. Natureza, território e convivência. Jundiaí: Paco Editorial, 2012.

CARVALHO, H. M. O campesinato contemporâneo como modo de produção e como classe social. In: STÉDILE, J. P.(org.) A Questão Agrária no Brasil: interpretações sobre o camponês e o campesinato. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

CARVALHO, H. M; COSTA, F. A. Quando a agricultura familiar é camponesa. In: STÉDILE, J. P.(org.) A Questão Agrária no Brasil: interpretações sobre o camponês e o campesinato. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

DUARTE, L. R. R., Transição agroecológica: uma estratégia para a convivência com a realidade semiárida do Ceará. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Ceará, Departamento de Geografia, Fortaleza, 2009.

FERNANDES, B. M. Quando a agricultura familiar é camponesa. In: STÉDILE, J. P.(org.) A Questão Agrária no Brasil: interpretações sobre o camponês e o campesinato. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2016

GNADINGLER, J. Tecnologias de captação e manejo de água de chuva em regiões semiáridas. In: KUSTER, A.; MELCHERS, I.; MARTI, J. F. Tecnologias apropriadas para terras secas: manejo sustentável de recursos naturais em regiões semiáridas no nordeste do Brasil. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, GTZ: 2006.

HAESBAERT. R. Dos múltiplos territórios a multiterritorialidade. 2004. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13531/8731> - Acesso em: 11 jun. 2020.

_____. Da desterritorialização à multiterritorialidade. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 6774-6792, dez./2005. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Teoriaymetodo/Conceptuales/19.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2023.

_____. O Mito da Desterritorialização: Do Fim dos Territórios à Multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2004.

_____. Território e multiterritorialidade: um debate. Geographia. Niterói, v. 9, n. 17, p. 19-46, 2008. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf> - Acesso em: 11 jan. 2023.

MACHADO. L. C. P. e MACHADO FILHO. L. C. P. A dialética da agroecologia: contribuição para um mundo com alimentos sem veneno. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

MARTINS, J. S. Os camponeses e a política no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1983.

MARX, K. A Ideologia alemã. São Paulo: Martin Claret, 2006.

_____. O capital: crítica da economia política. Vol. I. Tomo I. 2 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 26. ed. Petrópolis: Vozes, 2001

MOLINA, M. G.; GUZMÁN, E. S. Sobre a evolução do conceito de campesinato. Trad.: Ênio Guterres e Horário Martins de carvalho 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013

RAFFESTIN, C. Por uma geografia do poder. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993

SAQUET, M. A.; SPÓSITO, E. S. (Org.) Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. Abordagens e concepções do território. São Paulo: Outras Expressões, 2015

_____. Consciência de classe e de lugar, práxis e desenvolvimento territorial. Rio de Janeiro: Consequência, 2017

SERVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. 23 ed. São Paulo: Cortez, 2017.

SILVA, I. C. G., GONÇALVES, C. U. A resistência camponesa e sua contribuição para a manutenção da agrobiodiversidade na mata norte pernambucana. In: Anais do VII Congresso Brasileiro de Geógrafos. Vitória: AGB, 2014.

WANDERLEY, M. N. B. O mundo rural como um espaço de vida. Reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009.